

## **LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: O MOVIMENTO DAS DIRERTAS JÁ NA HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA**

Francisco Chaves Bezerra<sup>1</sup>

A ditadura militar (1964-1985) é um dos períodos mais estudados na historiografia brasileira, não somente por historiadores, mas também por pesquisadores ligados às Ciências Humanas e Sociais. É um momento da História do país que os militares estiveram no poder e tem chamado atenção pela adoção de medidas coercitivas, desde o cerceamento dos direitos civis e políticos até as perseguições, torturas e mortes daqueles que se opuseram ao modelo implantado com o golpe civil e militar em 1964.

Por outro lado, a luta pela redemocratização, especialmente, o movimento denominado de “Diretas Já”<sup>2</sup> não tem despertado o interesse de historiadores. De repente esse afastamento decorre da proximidade dos acontecimentos que, geralmente, mantém os historiadores distantes de temáticas relacionadas à história do presente. Nesse sentido, os principais livros publicados sobre as diretas são de autoria de jornalistas, assessores políticos e políticos. Até mesmo nos livros didáticos a abordagem do tema tem sido bastante modesta, resumindo-se a uma ou duas páginas.

Autores de livros didáticos corriqueiramente afirmam que a redemocratização inicia-se com a posse do General Ernesto Geisel na presidência da república em meados da década de 1970 e se estende até meados da década de 1980, tendo como ponto mais significativo o movimento (político-social) das Diretas Já.

No nosso entendimento, as Diretas Já é um movimento que precisa ser analisado de maneira mais aprofundada. Fazemos tal afirmação em virtude da manutenção de algumas representações que estão arraigados na literatura didática. É preciso o debruçar de historiadores, com pesquisas mais consistentes e a utilização de um universo documental variado que permita trazer ao debate historiográfico novos olhares, novos questionamentos, novas problematizações; pois o que predomina, além de livros didáticos, são relatos apaixonados - com algumas exceções – de admiradores de

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba e professor do Ensino Básico na grande João Pessoa - PB.

<sup>2</sup> Leonelli e Oliveira (1994) mostram que as Diretas Já se iniciou como campanha política nas ruas, com um comício em Goiânia (GO) com menos de cinco mil pessoas, no início de 1983. Terminou com mais de um milhão de pessoas em São Paulo no dia 16/04/84.

personagens envolvidos no movimento, ou de militantes políticos que se orgulham de seus engajamentos e de seus companheiros.

Assim, essa análise recorre a Chartier (1987, p. 27) para avaliar as abordagens predominantes nos livros didáticos entendendo que “[...] é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceptuais própria de um tempo ou de espaço”, onde, praticamente, as mesmas considerações sobre as Diretas Já são repetidas constantemente, por diferentes volumes, autores e editoras do país.

É preciso compreender ainda, segundo Chartier (1998, p. 28), que as opções de autoras dentro de determinadas abordagens faz parte da “construção de um sentido” e “compreender estes enraizamentos exige, na verdade, que se tenha em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais [...]”. Por essa razão, é fundamental entender que um movimento de tamanha amplitude (política, social, cultural, midiática etc) resulta de diferentes configurações intelectuais que constroem uma realidade por diferentes grupos, definindo uma maneira de apresentar historicamente um dado momento da história brasileira.

Chartier conclui que estas são “formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou particulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (2008, p. 23). Concordando com as considerações de Chartier, é possível reforçá-la através da argumentação de Eugênio (1995, p. 210) ao afirmar que, ao mesmo tempo, o povo enfrenta o poder pedindo mudanças e reivindicando eleições diretas, por outro lado, “ele também servia de base para representações conservadoras, que procurava se legitimar junto a este mesmo poder para efetivar negociações palacianas e elitistas”. Nesse sentido, fica evidente que o povo foi utilizado como escudo no enfrentamento do regime, quando não havia mais possibilidade no recuo da abertura as elites políticas conciliaram-se no colégio eleitoral elegendo Tancredo Neves Presidente República e José Sarney Vice-Presidente.

Fazendo uma ligeira leitura de obras de alguns profissionais que não são historiadores, mas jornalistas, políticos, assessores políticos etc.<sup>3</sup>, mesmo tendo

---

<sup>3</sup> Podemos citar como autores Zlilah Abramo e Flamarion Maués (2006) procuram descrever a trajetória democrática da oposição de esquerda e, posteriormente, dos petistas, do golpe de 1964 às eleições de 1989; Domingos Leonelli e Dante de Oliveira (2004) eram deputados federais, sendo este o proponente da emenda das diretas que leva seu nome, lembram os quinze meses que abalaram a ditadura, traçando a trajetória das diretas, de sua apresentação ao veto no Congresso Nacional; Ronaldo Costa Couto (1995),

abordado o tema de maneira bastante apaixonada, fica evidente os equívocos cometidos pelos livros didáticos, ou a intencionalidade da construção de uma determinada imagem das “Diretas Já”. Afirmarões como a de que Tancredo Neves é um incontestado defensor do movimento, que a luta pelas diretas é um embate entre militares e civis, que a mídia deu seu apoio unânime, que mesmo lutando pelas Diretas o Partido dos Trabalhadores não aderiu à Aliança Liberal (PMDB/Frente Liberal) que culminou com a vitória de Tancredo, “o conciliador”. Estes são elementos que expõem algumas incoerências, equívocos e omissões transmitidas ao longo dessas duas décadas, passando a ser componente da memória coletiva brasileira.

Desse modo, é necessário fazer algumas considerações preliminares a respeito dessas questões, procurando argumentar em favor do esclarecimento de determinadas afirmações equivocadas.

Diretas Já<sup>4</sup> ponto culminante da luta pela redemocratização do Brasil após o estabelecimento do regime ditatorial em 1964, é assim denominada em virtude da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, apresentada à câmara federal pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB), do Mato Grosso, em 1985. A emenda Dante de Oliveira como ficou conhecida “dispõe sobre eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República” com o seguinte texto constitucional:

Art. 1º Os arts 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p 79).

O processo de transição inicia-se no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), quarto presidente militar da ditadura, que assume a presidência da República prometendo a retomada do crescimento econômico e o restabelecimento da democracia mediante uma “distensão lenta, segura e gradual”, sem deixar o processo escapar ao seu

---

assessor, secretário, ministro, confidente de Tancredo Neves faz revelações sobre a vida do político mineiro; Henfil (1984), jornalista e caricaturista faz uma análise bem humorada da cultura política no contexto social das Diretas Já; Ricardo Kotscho (1984), considerado por Ulysses Guimarães como o cronista das Diretas Já, escreveu diário da Campanha das Diretas. Aqui elencamos apenas alguns dos mais destacados nomes que tratam do tema e que participaram diretamente das Diretas Já como políticos, assessores e jornalistas.

<sup>4</sup> A emenda Dante de Oliveira foi encaminhada no dia 2 de março de 1983, assinada por 23 senadores e 177 deputados federais “propondo o restabelecimento das eleições diretas para presidente. Simples, clara, objetiva”.

controle. A “linha dura” do regime discordava dessa atitude (aceitar a reabertura política), sendo adepta da manutenção da ditadura com os seus princípios antidemocráticos e repressivos.

Nunes (2004, p. 21) afirma que a transição terá várias fases: a primeira fase é chamada de *distensão*, durante o governo Geisel, onde a iniciativa parte do governo que controla parcialmente o processo; a segunda fase, durante o governo Figueiredo (1979-1985), denominada de *abertura*, período que o governo perde o controle do processo mediante a ação dos movimentos sociais; por fim, a redemocratização só foi completada com a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição direta para Presidente da República em 1989. Em síntese, “transição para a democracia, que se inicia em meados da década de 1970, com a ‘transição lenta e gradual’ do governo Geisel e termina de forma definitiva, em 1989, com a realização da primeira eleição direta”.

O governo Geisel é caracterizado por algumas atitudes e episódios contraditórios. Entre as ações voltadas no sentido de promover uma abertura política, destaca-se a diminuição da censura à imprensa, bem como o aumento do número de parlamentares de oposição no Congresso Nacional em virtude da ampliação do número de deputados do MDB eleitos na eleição de 1974. Em contrapartida, o governo procura manter o controle da situação seguindo os ditames da repressão, exposta em acontecimentos que demonstram pouca disposição de setores do exército em concordar com a distensão do regime, notadamente, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho sob tortura no II Exército em São Paulo, além das prisões de militantes de esquerda também submetidos a torturas e interrogatórios. Tudo isso mostra que o regime acenava com abertura, mas, ao mesmo tempo, conservava o espírito de intolerância e opressão.

Para Henfil (1984), a violência da polícia continuou perseguindo e torturando. Esses assassinatos causaram comoção e revolta no país, motivando o governo a tomar providências contra os excessos. Seguindo o ritmo lento que havia proposto o presidente Geisel, em 1979, o governo tomou novas medidas na direção da abertura, com destaque para a revogação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), o Congresso Nacional jamais poderia ser fechado, a impossibilidade de cassação dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros.

A partir de 1976, no entanto, foi limitada a propaganda eleitoral, proibido os debates políticos. O “*Pacote de Abril*”<sup>5</sup> demonstra esse lado contido do governo ao definir o fechamento do Congresso Nacional, o mandato do presidente da república foi estendido para seis anos, um terço dos senadores eleitos de maneira indireta no colégio eleitoral etc. Diante da retração do governo ou do regime, a oposição passou a mobilizar a sociedade civil que exigia anistia geral e irrestrita a todos os presos políticos, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com o propósito de elaborar uma nova Constituição democrática para o país.

Diversas instituições tiveram destaque na luta contra essas restrições ou recuo do Pacote de Abril e, conseqüentemente, pela redemocratização do país. Representantes de segmentos como partidos políticos, igrejas, imprensa, sindicatos, associações, movimento estudantil, entre outros. Miami (2009) faz referência a várias instituições que deram sua contribuição nesse momento de luta, com ênfase ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), metalúrgicos do ABC paulista, Movimento Revolucionário 8 de Março (MR-8), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissões Pastorais da Terra (CPT), Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), União Nacional dos Estudantes (UNE), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Movimento Feminino pela Anistia (MFA), Jornal Folha de São Paulo, Revistas Veja e Isto É, Rede Bandeirantes de Televisão, imprensa alternativa (jornais O Pasquim, Movimento e Opinião). Os textos didáticos, entretanto, evidenciam apenas a OAB, a CNBB, o MDB, o PT, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e o Jornal Folha de São Paulo. Obviamente que estas “siglas”<sup>6</sup> não deixam de ser importantes, nem podemos deixar de evidenciá-las e atribuir seus respectivos engajamentos, porém está claro que a participação da sociedade foi bem

---

<sup>5</sup> Em 1983 o Congresso Nacional apresentava o seguinte cenário: oposição (PMDB, PT, PDT, PTB) 244 parlamentares (36 ex-cassados) X situação (PDS) 234 parlamentares. Resultados das eleições de 1978: 52% de parlamentares do MDB e 34% da ARENA, porém o senador biônico garantia a maioria pró-governo. Assim o pacote de abril impediria a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, pois seria necessário dois terços dos votos dos parlamentares.

<sup>6</sup> Henfil (1984) acrescenta: PC, AP, APLM, ALN, POLOP, COLINA, PCBR, VPR, FLN, MEP, Var-palmares.

mais amplo, garantindo assim, o envolvimento de setores políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos na luta pela redemocratização, como também nas Diretas Já.

O movimento operário, sempre apontado como um dos segmentos mais significativos na luta pela democratização, começou a ser retomado na segunda metade da década de 1970, ligado a setores considerados mais avançados da economia e de fundamental importância para a produção industrial do país: a metalurgia. Os metalúrgicos do ABC paulista iniciaram suas ações demonstrando atitude crítica à política econômica do governo, reivindicando melhores condições de trabalho e não somente de salários como seria corriqueiramente, ou seja, passou a politizar o debate. Nesse contexto é sempre destacada a greve de 1978, liderada pelo metalúrgico Luís Inácio da Silva (o Lula), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. A luta dos trabalhadores fortaleceu o movimento sindical dos metalúrgicos que conduziram greves históricas no ABC.

Não se deve esquecer que partidos e sindicatos funcionavam sob forte vigilância, assim outros movimentos sociais ganharam força, como as associações de moradores, das comunidades eclesiais de base e da imprensa alternativa. “As comunidades eclesiais [...] trabalhavam com dois conceitos de liberdade: o fim da miséria e o fim da ditadura” (Correio da Paraíba, 2004).

Os problemas econômicos enfrentados no setor industrial, porém, não eram os únicos responsáveis pela crise social por que passava o Brasil na decadência da ditadura militar. Henfil (1984) mostra que a questão das invasões de terras indígenas começa a ter certa dimensão social. Da mesma forma, o flagelo da seca no sertão nordestino atrelado a intensa concentração de terras proporciona a luta pela sua posse novamente<sup>7</sup>, aumentando essa tensão com o assassinato da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves<sup>8</sup>. A exploração de minérios na serra dos Carajás expõe um tratamento desumano dado aos trabalhadores daquela região. Em resumo os problemas e as lutas sociais pressionam o regime de diferentes direções, não se resumindo apenas aos metalúrgicos do ABC como tem demonstrado os livros didáticos.

Com João Baptista Figueiredo (1979-1985) a missão de conduzir o processo de reabertura política seguro e gradual. A situação de acirramento de forças em que se

---

<sup>7</sup> Lembrar que no momento do Golpe militar em 1964 o Nordeste estava sendo sacudido por intensas lutas no campo com as Ligas Camponesas.

<sup>8</sup> Henfil comete um equívoco ao afirmar que Margarida Alves era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Guarabira-PB, uma vez que a mesma representava os trabalhadores rurais de Alagoa Grande-PB.

encontrava no país levou Figueiredo a tomar uma atitude imediata e sancionar a *Lei de Anistia* votada em agosto de 1979, permitindo o retorno de inúmeros opositores de expressão ao país, entre eles Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Fernando Gabeira etc. Efetivou-se ainda a *reforma partidária* quebrando a estrutura bipartidária que vigorava durante o regime militar, proporcionando o surgimento do pluripartidarismo, com destaque para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>9</sup>, Partido Democrático Social (PDS). Por fim, foi estabelecido o processo de eleições diretas para governador de estado em 1982, contribuindo para vitórias expressivas dos partidos de oposição nos principais estados da federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pará).

O “milagre brasileiro” é a imagem da política econômica adotada durante o regime militar que está exposto nos livros didáticos. Evidenciam sempre a intervenção do Estado na economia, a construção de grandes obras públicas, a criação de empresas estatais, o desenvolvimento do Programa Nacional do Alcool (Proalcool), a construção de Usinas Nucleares e hidrelétricas.

Em contrapartida, porém, todos esses projetos foram financiados com capital estrangeiro - predominantemente norte-americano - aumentando assim a dependência econômica do país. Com a crise do petróleo na década de 1970, desencadeou-se uma crise mundial que afetou diretamente países de economia subdesenvolvida como o Brasil. Na tentativa de combater a inflação, a equipe econômica do governo tomou medidas drásticas, dentre elas são apontadas: elevação de juros, diminuição de créditos às empresas, política de arrocho salarial, recessão e diminuição de empregos, balança comercial deficitária (importações superando as exportações) etc. O aumento dos juros da dívida externa ocorreu em consequência da política econômica internacional imposta pelos Estados Unidos no período da crise aumentando assim o endividamento brasileiro.

É nesse contexto de decadência política da ditadura militar, de corrupção econômica e financeira e crise social que se iniciam as manifestações por eleições diretas a partir de 1983 e estendendo-se até 25 de abril de 1984, dia da votação da Emenda Dante de Oliveira. Nesse intervalo de tempo a população ganhou as ruas vestidas de amarelo com o objetivo de alertar os brasileiros e pressionar os

---

<sup>9</sup> A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Lula, primeiro trabalhador a comandar a criação de um partido político no Brasil foi um dos fenômenos importantes na luta redemocratização e por eleições diretas.

parlamentares a aprová-la. Aconteceram manifestações em todos os estados, tendo como maior referência as manifestações gigantescas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro que ultrapassaram um milhão de pessoas dando a dimensão do movimento.

O governo, entretanto, procurou intimidar os parlamentares decretando medidas de emergência no Distrito Federal na semana da votação. O controle da cidade de Brasília e adjacências, segundo Leonelli e Oliveira (2004), ficaram sob o comando do general Milton Cruz, da chamada linha dura do regime e opositor do movimento. Em clima de terror os governistas derrotaram a emenda. A luta por eleições direta a presidente da república depois de mais de duas décadas foi derrotada, mesmo obtendo a maioria dos votos não conseguiu os dois terços necessário para sua aprovação.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a escolha do novo presidente se deu de forma indireta pelo Colégio Eleitoral. Assim, a ditadura chega ao fim com a vitória da Aliança Liberal formada por Tancredo Neves (PMDB) a presidência e José Sarney (dissidente da ARENA, Frente Liberal) vice-presidente. Com um civil começa a transição para o regime de liberdades.

Henfil (1984) mostra que personagens (heróis de livros didáticos) significativos da luta pela redemocratização do país no movimento das Diretas Já estiveram a serviço do sistema. Tancredo de Almeida Neves é um dos exemplos mais significativos: herdeiro político de Getúlio Vargas quando foi assessor direto do presidente no mandato democrático (1951-1954); tornou-se primeiro-ministro do regime parlamentarista, consenso acertado entre militares e políticos conservadores para impedir a posse do presidente João Goulart (1961-1964). Durante a ditadura militar assumiu uma posição dúbia ao assinar a ficha do MDB, logo em seguida saiu da legenda para fundar o PP com seu maior desafeto político Magalhães Pinto como afirma Couto (1984). Finalmente, reapareceu como governador de Minas Gerais pelo PMDB em 1982.

Tancredo queria estabilidade política e emocional para a transição, por isso dialogo com Antônio Carlos Magalhães, um dos mais influentes senadores aliado dos militares, e faz elogios ao PDS afirmando a importância do partido em um processo democrático. Em 1983 o clima entre os governadores de oposição e o Presidente da República era tenso, menos com Tancredo que defendia

Sua tese de consenso para escolha do futuro presidente no Colégio Eleitoral, ao mesmo tempo que dividia o campo adversário, proporcionava-lhe uma condição especial de interlocutor, conquistada graças a um incansável esforço que realizava para manter linhas de comunicação com os formuladores políticos do Planalto (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 58).

Havia dois Tancredo, um aliado dos governistas, correspondia com os interesses do poder e o outro aliado do PMDB. A posição de Tancredo fazia o regime acreditar no projeto de auto-reforma, alimentando a tese do consenso, uma condição pacífica para o processo. Para os autores, “o ‘Tancredo’ sonhado pela ditadura seria um mediador privilegiado desse processo” (p. 59) e, ao mesmo tempo, acena com o apoio da mobilização popular. A campanha Muda Brasil no colégio eleitoral é a soma dos impulsos das diretas com os efeitos da tese do consenso. Era o que desejava João Baptista de Figueiredo, Tancredo Neves, o PDS, os empresários; uma transição “segura” com a participação popular meramente figurante. Prevaleceu a conciliação e o consenso à Tancredo.

Teotônio Vilela é outro personagem de referência nesse momento. Como afirma Henfil (1984, p. 7), contudo, ele era proprietário rural e usineiro nordestino, político da UDN, “ele fez o golpe de 64, foi para a ARENA”, então decidiu “cortar as amarras autoritárias”, mas “não ficaria conhecido como usineiro ou golpista”. Acredito que não se deve deixar de reconhecer a tamanha importância de Vilela para o movimento das Diretas Já, notadamente, por ter sido ele um político originário da ARENA, apenas queremos lembrar que os textos didáticos passam certa imagem fantasiosa do movimento, deixando a entender que todos que participaram da campanha sempre estiveram lutando contra a ditadura militar, sendo as Diretas o exemplo de uma luta entre governo militares e sociedade civil.

Como afirma Patrício (2009) os militares – durante vinte um anos no poder – nunca mantiveram uniformidade quanto ao modelo de governo, existindo diferentes facções dentro das “Forças Armadas: os castelistas moderados, a linha-dura e os nacionalistas. O poder de cada um destes três grupos foi variando e, com eles, a política aplicada no Brasil”. Vale ressaltar ainda, segundo Patrício, em primeiro lugar, os militares não governaram sozinhos, sempre recorreram ao apoio, principalmente de tecnocratas da economia, como Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen; segundo, é preciso entender que o regime militar teve sustentação política de civis (José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Paulo Maluf, entre outros); por fim, a classe dominante durante muito tempo beneficiou-se do regime, quando não interessava

afastou-se<sup>10</sup>. Em janeiro de 1983, José Sarney presidente do PDS apresenta moção de apoio ao Presidente da República João Baptista de Figueiredo, o mesmo que dois anos depois seria eleito na chapa de Tancredo Neves Vice-Presidente agora como membro do PMDB.

A Rede Globo de Televisão, como afirma Leonelli e Oliveira (2004), ignora e minimiza o movimento para continuar se beneficiando do regime estabelecido. A censura dessa emissora de televisão que boicotava as manifestações e suas lideranças “o profeta da memória das eleições diretas, Teotônio era evitado por lideranças oposicionistas, era boicotado” (HENFIL, 1984, p. 17). Por outro lado, Henfil (1984, p. 102), mostra que inicialmente ocorre forte perseguição de jornais de pequeno porte, posteriormente esta perseguição foi se ampliando para os grandes jornais também. O autor se questiona por que a imprensa (jornalistas da grande emissora do país) faz coberturas escancaradas dos problemas estrangeiros, mas esconde a realidade nacional.

A indefinição que marcou o comportamento de certos protagonistas do conflito foi a tônica do momento analisado [...] ampliada, em particular, pela momentânea ausência de grandes manifestações de massa, a incerteza impedia uma clara definição das variáveis de cálculo dos atores políticos relevantes (RODRIGUES, 2003, P. 73).

Couto (1995), Leonelli e Oliveira (2004) afirmam que todos os grandes líderes envolvidos com as Diretas Já tinham um projeto de poder, mas o povo estava envolvido apenas por um sonho de eleições diretas e uma vaga ideia de transformação. O povo participou de um processo pré-estabelecido pelas elites políticas. É um processo concebido onde o povo está condicionado.

As Diretas já foi “a maior mobilização popular do Brasil no século XX. É também a mais sentida frustração política da sociedade brasileira” (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p. 31). Para Rodrigues (2003), o aspecto mais marcante dessa campanha foi ter trazido às ruas as grandes manifestações das massas uma coisa inusitada na história do país dando consenso à opinião pública. Até 1985, eleições diretas era vista como consequência do processo de democratização e não como proposta central de reivindicações do povo brasileiro.

---

<sup>10</sup> O mais emblemático de tudo isso é que foi o pai de Dante de Oliveira, Sebastião de Oliveira, Dr. Paraná, advogado e político udenista do Mato Grosso, quem propôs ao filho que apresentasse a Emenda das eleições diretas no Congresso Nacional.

### **Livros didáticos consultados**

ARRUDA, José Jobson de. e PILETTI, Nelson. **Toda história: história geral e história do Brasil**. 11ª. Ed. São Paulo: Ática, 2001.

CAMPOS, Flávio e MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História**. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Ática, 2005.

KOSHIBA, Luiz. **História: origens, estruturas e processos**. São Paulo: Atual, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci. **História Integrada: geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

REZENDE, Antonio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da História: História geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.

VICENTINE, Cláudio. **História do Brasil (ensino médio)**. São Paulo: Scipione, 2000.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMO, Zilah Wendel e MAUÉS, Flamarion (orgs.). **Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática do golpe de 64 à campanha das Diretas Já**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. (trad) Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1987.

COUTO, Ronaldo Costa. **Tancredo vivo, casos e acaso: revelações sobre a vida do político que mudou o Brasil**. São Paulo: Record, 1995.

EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. **Representações políticas no movimento das Diretas-Já**. Revista Brasileira de História, ANPUH, v. 15, nº. 29, São Paulo: Contexto, 1995, p.207-219.

HENFIL. **Diretas Já!** Rio de Janeiro: Record, 1984.

JORNAL Correio da Paraíba. **64: do golpe à democracia, as transformações do país**. Especial, k-1. Paraíba. Domingo, 28 de março de 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da Campanha das Diretas**. Editora Brasiliense, 1984.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. 2ª. Edição. São Paulo: Record, 2004.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Luta pela redemocratização no Brasil**. Portal São Francisco [www.redealcar.jornalismo.ufsc.br](http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br)

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado**. João Pessoa: Sal da Terra, 2004.

PATRÍCIO, Raquel. **A redemocratização**. Blog da disciplina Cultura e Sociedade no Brasil. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2009.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já**: o grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.